Reforma da Contabilidade Pública:
Ponto de Situação e Próximas Iniciativas

Unidade de Implementação
da Lei de Enquadramento Orçamental

Governance e Plano de Implementação

André Marçalo
Coordenador da UniLEO

Luís Viana
Responsável Técnico da UniLEO

Lisboa, 28 de abril de 2017

Agenda

1. A UniLEO
2. O Plano de Implementação da LEO
3. Os Eixos de Implementação da LEO
4. A Reforma da Contabilidade e Contas Públicas
5. Conclusões

Missão

Assegurar a implementação da Lei de Enquadramento Orçamental nas dimensões jurídica, técnica, comunicacional, informática e de controlo, de forma a proporcionar ao Estado e aos seus serviços e organismos maior eficácia das políticas públicas numa lógica de resultados.

Estrutura

Gabinete Executivo

Gabinete Técnico

Gabinete de Gestão e Coordenação de Projetos

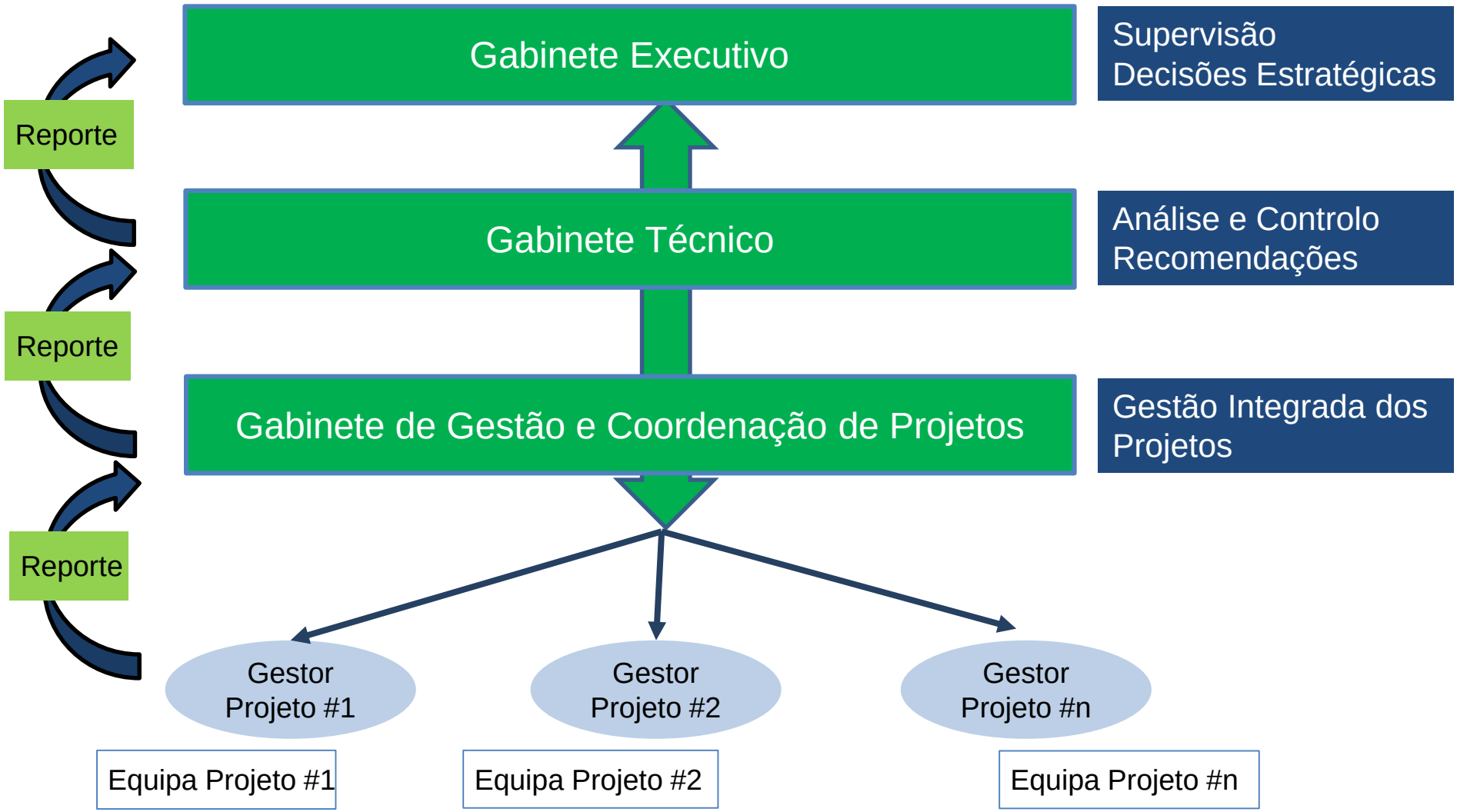
Gestão Corrente

Coordenador da Unidade

Responsável Técnico da Unidade

Gestores de Projeto

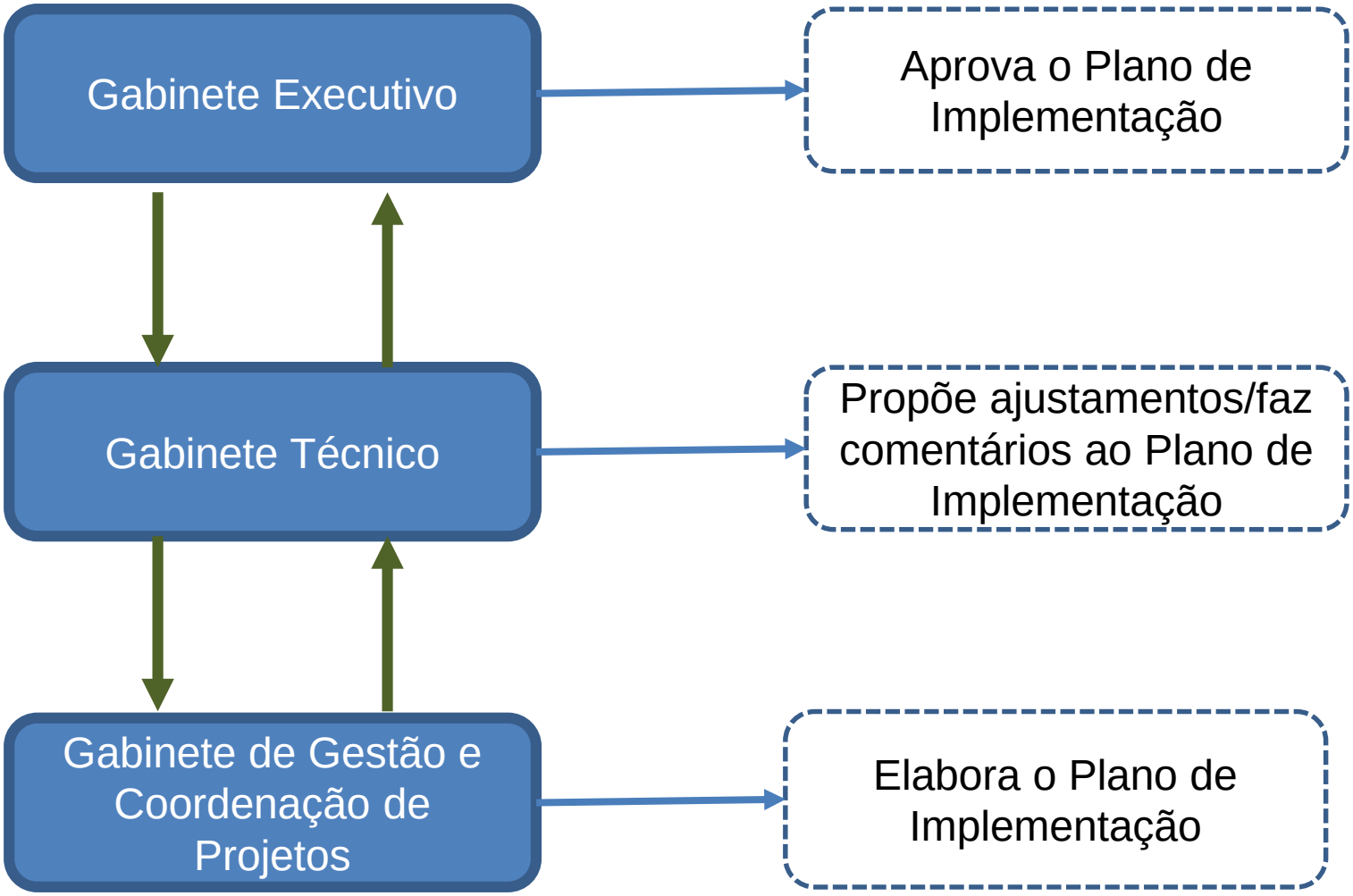
Unidade de Implementação da LEO – Decreto-Lei n.º 77/2016, de 23/11



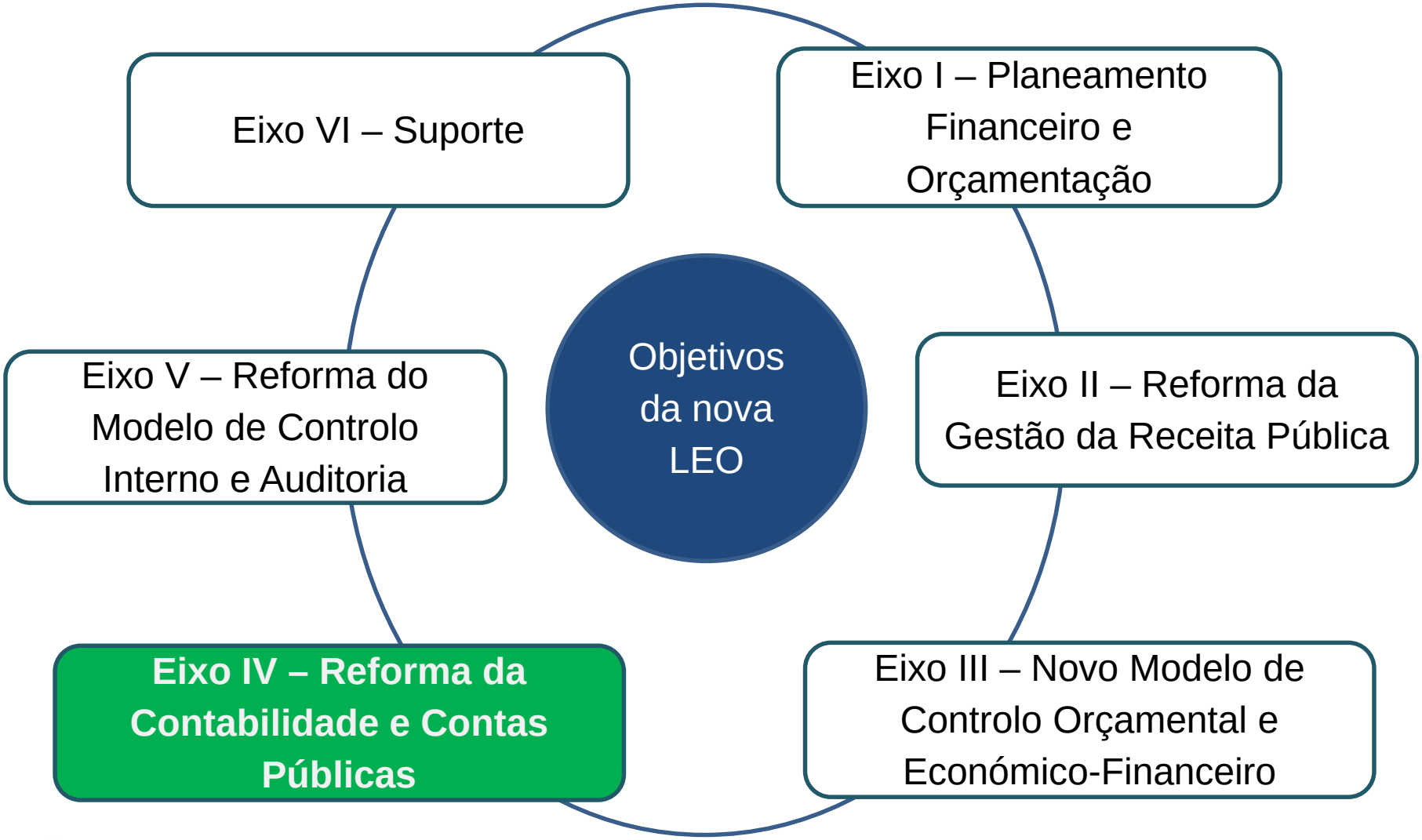
Objetivos do plano de implementação da LEO

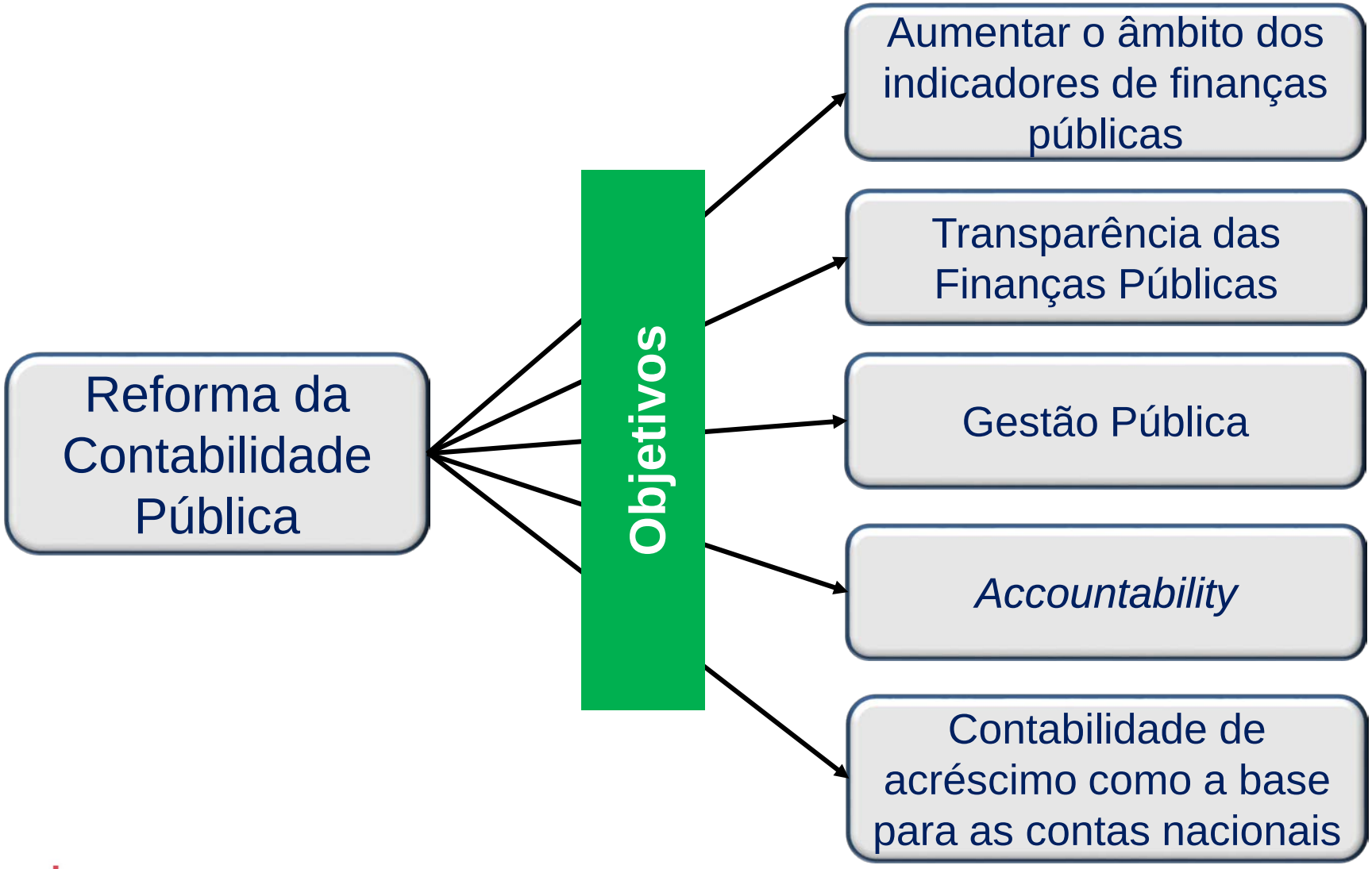
- Instrumento de trabalho da UniLEO
- Permitir o acompanhamento da execução dos projetos
- Servir de base aos relatórios de implementação
- Proporcionar transparência às atividades da UniLEO
- Responsabilizar a UniLEO pelos recursos e resultados

Governance do Plano de Implementação



Eixos de Implementação




Reforma da Contabilidade Pública
Objetivos
Aumentar o âmbito dos indicadores de finanças públicas
Transparência das Finanças Públicas
Gestão Pública
Accountability
Contabilidade de acréscimo como a base para as contas nacionais

Acontecimentos marcantes

Data	Acontecimento
2013-07-30	Divulgação pela CNC do documento: Linhas Orientadoras para o SNC-AP
2014-08-28	Nomeada a Comissão de Reforma da Lei de Enquadramento Orçamental
2015-09-11	Publicação do Decreto-Lei n.º 192/2015 (aprova o SNC-AP) Publicação da Lei n.º 151/2015 (nova LEO)
2015-11-19	Aprovação da estratégia de acompanhamento das entidades piloto e identificação do primeiro conjunto de entidades
2016-04-05	Circular 1381/DGO – Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas

Acontecimentos marcantes

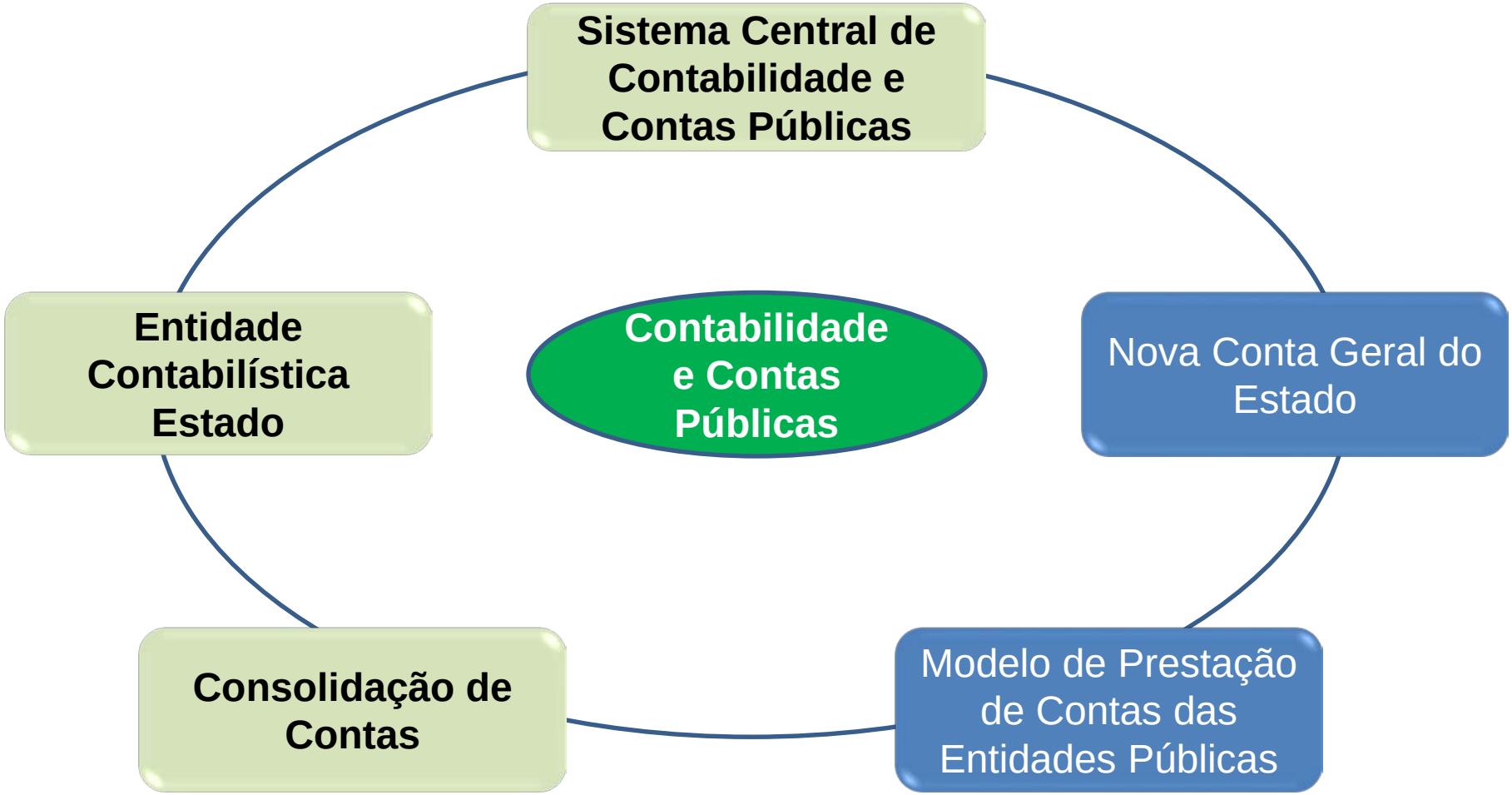
Data	Acontecimento
2016-06-28	Início da formação das entidades piloto
2016-06-29	Disponibilização do Portal às entidades piloto e do Manual de Implementação
2016-07-14	Publicação da Portaria n.º 189/2016 – Notas de Enquadramento ao PCM
2016-08-09	Publicação da Portaria n.º 218/2016 – Regime Simplificado do SNC-AP
2016-11-23	Decreto-Lei n.º 77/2016 – Unidade de Implementação da LEO

Acontecimentos marcantes

Data	Acontecimento
2016-12-21	Decreto-Lei n.º 85/2016 – Adiamento para 2018 da entrada em vigor do SNC-AP e necessidade de um plano de ação
2017-04-05	Portaria n.º 128/2017 – Estratégia de Disseminação e Implementação do SNC-AP

Estratégia de Disseminação e Implementação

- Responsabilidade da UniLEO
- Atribuição à UniLEO de um conjunto de competências de conceção, desenvolvimento, implementação, normalização, comunicação, controlo e coordenação da Reforma da Contabilidade e Contas Públicas
- Plano global de formação
- Todas as entidades sujeitas ao SNC-AP passam a ter acesso aos mecanismos de acompanhamento (necessidade de pedir credenciais de acesso)
- Comissão de acompanhamento com reuniões mensais (22 entidades)
- Definição de um processo de monitorização e relatório de transição


Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas
Nova Conta Geral do Estado
Modelo de Prestação de Contas das Entidades Públicas
Consolidação de Contas
Entidade Contabilística Estado
Contabilidade e Contas Públicas

O projeto teve início em outubro de 2015

Eixos de Implementação

Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3
1. Modelo conceptual 2. Instrumentos normalizadores	1. Implementação do Sistema de informação 2. Formação	Implementação piloto

Existência legal a partir de 2019

Projeto ECE – As 10 Macro Atividades

Eixo de Implementação	Atividades	Estado
Eixo 1 – Modelo Conceptual e Instrumentos Normalizadores	1. Modelo conceptual da ECE	1. Concluído
	2. Manual de Contabilidade e Relato	2. Início em maio
	3. Caderno de requisitos do SI	3. Concluído
	4. Manual de Consolidação	4. Início em maio
Eixo 2 – Implementação do Sistema de Informação e Formação	5. Implementação do SI	5. Concurso público
	6. Estratégia para o Balanço de Abertura	6. Início em maio
	7. Regulamento de Governação	7. Início em maio
	8. Formação	8. Início em junho
Eixo 3 – Implementação Piloto	9. Balanço de abertura - Piloto	9. Depende de 5
	10. Registo de transações e outros eventos na ECE	10. Depende de 5

Modelo de Consolidação

Para quê?

- Proporcionam uma visão clara sobre os ativos e passivos, incluindo os passivos contingentes e outras fontes de riscos orçamentais, das administrações públicas

- Obtenção de um conjunto adicional de indicadores, para além do défice e da dívida, para a monitorização do desempenho e compreensão da sustentabilidade das finanças públicas

- Responsabilização dos decisores pelas consequências económico-financeiras, e não somente pelos efeitos de tesouraria, das decisões tomadas (avaliação do impacto no património líquido/*net worh*)

- Obtenção das contas nacionais a partir de ajustamentos às demonstrações financeiras consolidadas (ótica do acréscimo) em vez de ajustamentos a um saldo apurado na ótica de caixa

- Espera-se que com a reforma da contabilidade pública **novos indicadores** possam preparados para a análise das Finanças Públicas:

Resultados líquidos consolidados
Dívida consolidada calculada de acordo com requisitos contabilísticos
Endividamento líquido consolidado
Alterações no património líquido (*net worth*)
EBITDA consolidado

Atualmente, o conceito de equilíbrio assenta num saldo global positivo (receitas efetivas – despesas efetivas), aferido numa ótica de caixa – artigo 25.º da LEO

As entidades terão de assegurar o equilíbrio económico-financeiro

Artigo 27.º da nova LEO

Os serviços e entidades integrados nas missões de base orgânica do subsetor da administração central devem apresentar na elaboração, aprovação e execução, um saldo global nulo ou positivo, bem como resultados positivos antes de despesas com impostos, juros, depreciações, provisões e perdas por imparidade

Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas – Caracterização

Plano de Contas Central

Planos de Contas das Entidades Públicas

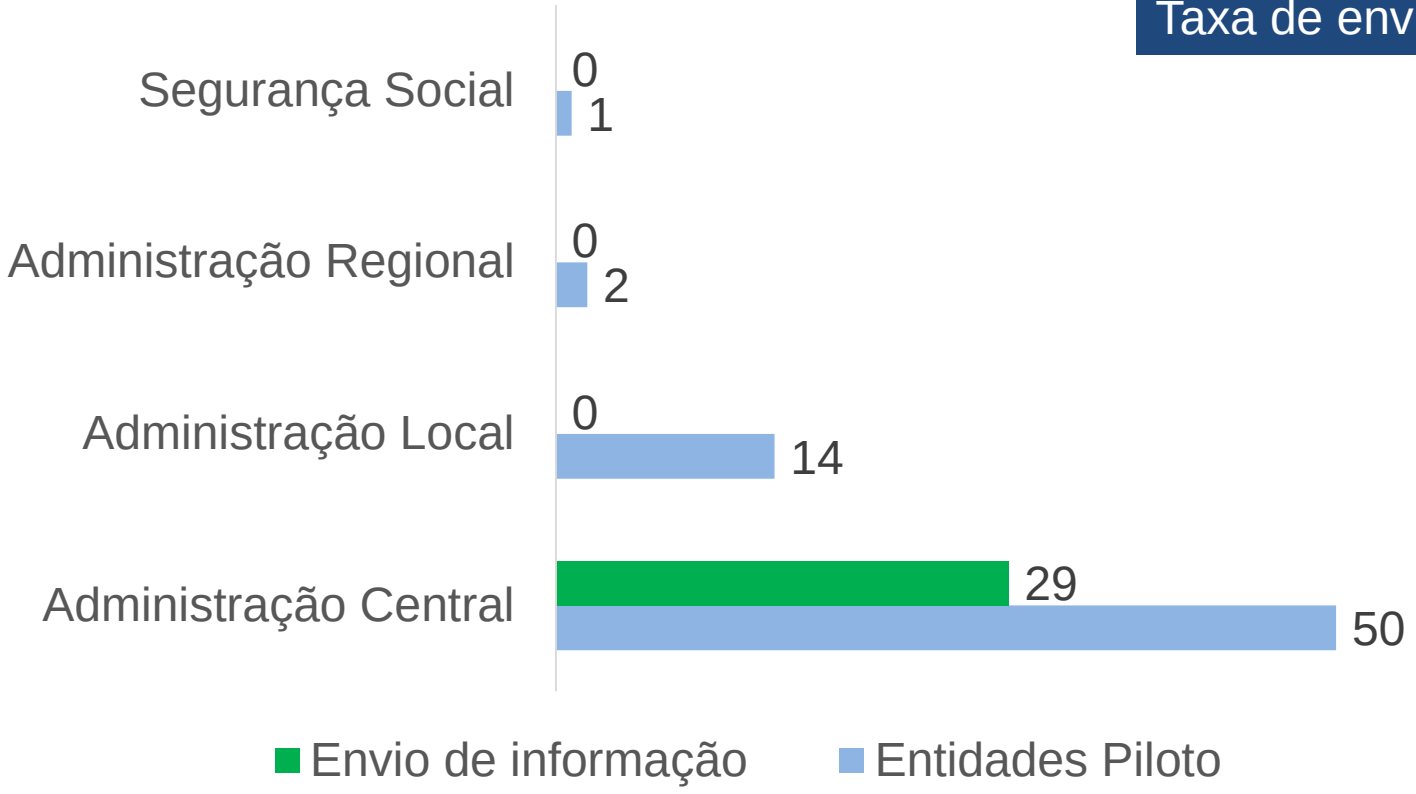
- Balancete
- Posição financeira e alterações
- Desempenho financeiro
- Fluxos de caixa
- Antiguidade da dívida
- Desempenho orçamental
- Controlo orçamental - Despesa
- Controlo orçamental - Receita
- Quadros de desenvolvimento

- Portal para integração e qualidade da informação
- Requisitos contabilísticos e técnicos que as software houses têm de cumprir
- Web services para integração com os sistemas de informação das entidades públicas (sistemas locais)
- Requisitos próprios para efeitos de consolidação de contas

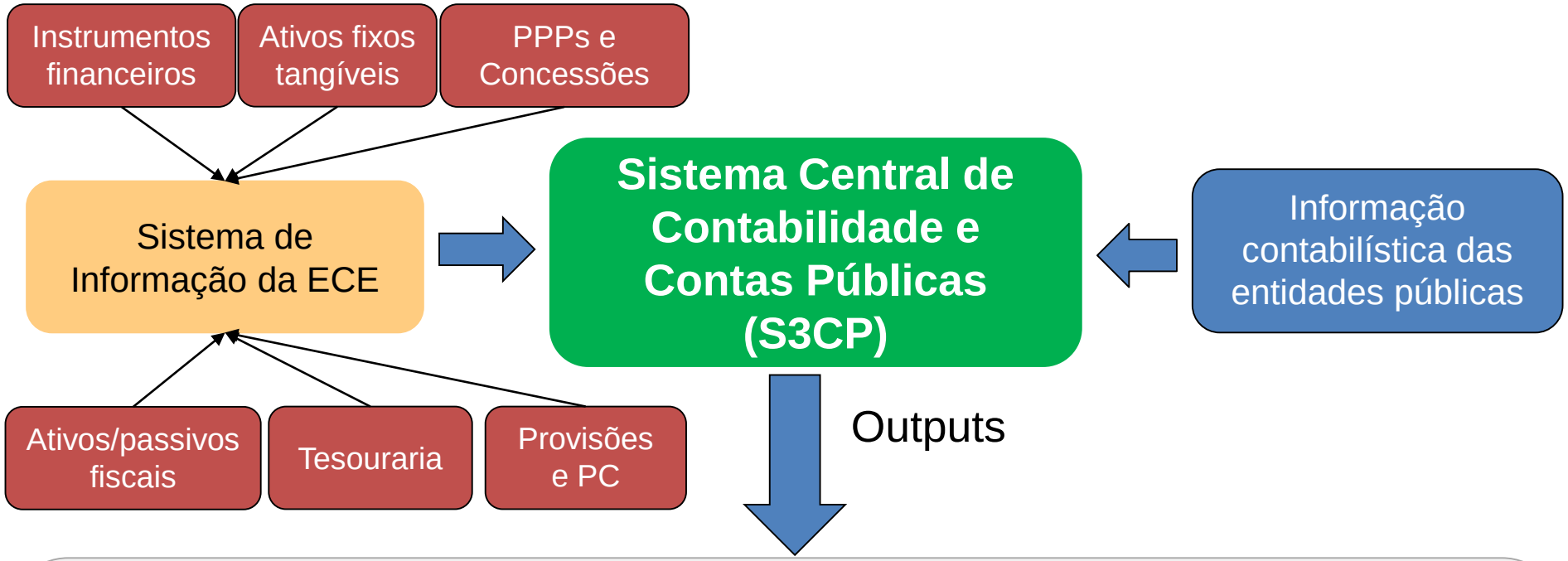
Circular 1381

67 entidades piloto

Taxa de envio = 43%



Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas – Outputs



Demonstrações orçamentais e financeiras individuais (ECE, outras entidades públicas)

Demonstrações orçamentais e financeiras consolidadas (Ministério, Setores Institucionais, Setor Público)

Relatórios para controlo de gestão

Prestação de Contas (nova Conta Geral do Estado)

Relato de acordo com o SEC 2010

Instrumento → Questionário Dinâmico (guião de transição)

- Dados Mestre
- Plano de Transição
- Balanço de Abertura

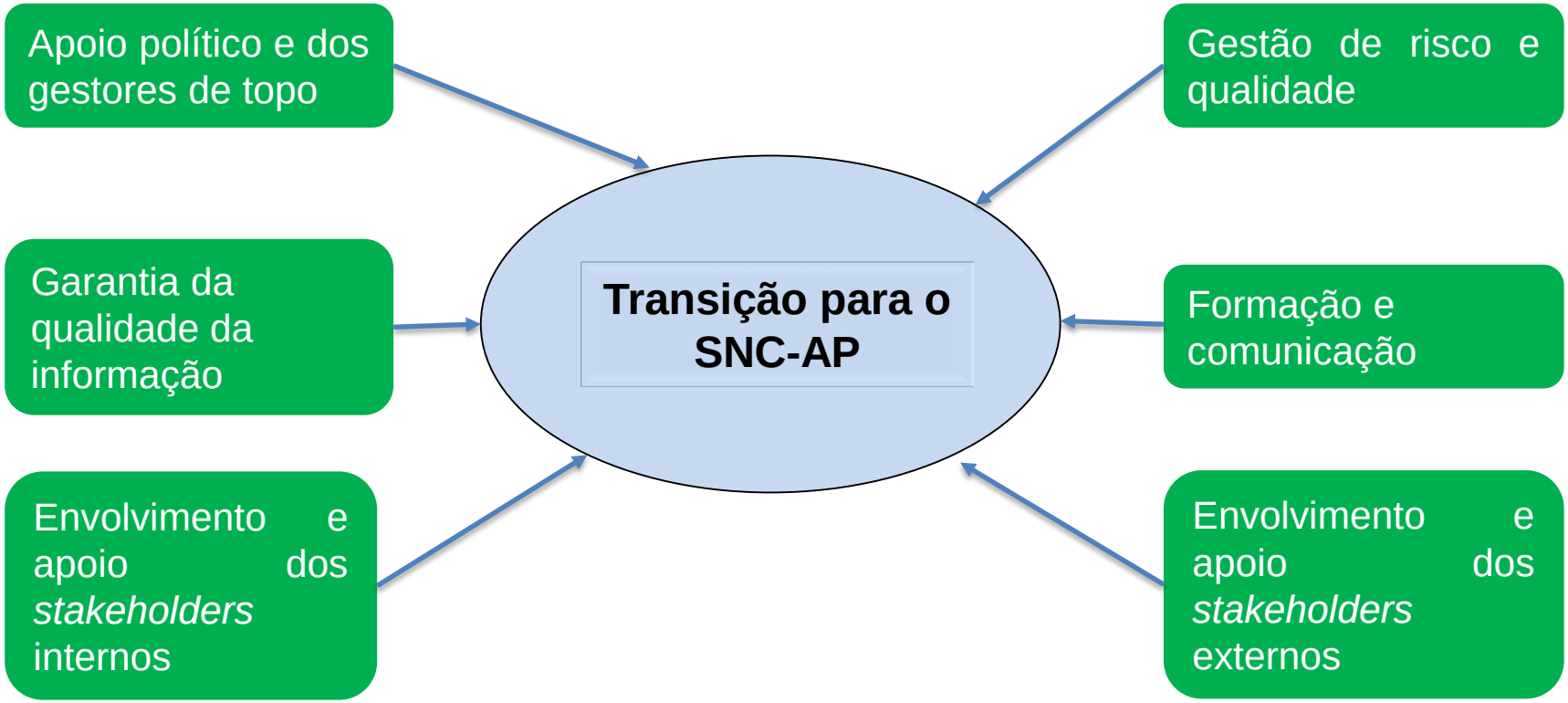
- Atualização mensal
- Resultados apresentados e discutidos mensalmente na comissão de acompanhamento da implementação da reforma da contabilidade pública (fórum dos *stakeholders*)
- Base do relatório de transição para o SNC-AP

Exemplo

A entidade reconhece os gastos com fornecimentos e serviços externos na demonstração dos resultados quando:

a) É registado um compromisso na contabilidade orçamental
b) O serviço é prestado ou o bem é recebido
c) A fatura do fornecedor é recebida
d) A fatura do fornecedor é recebida e conferida
e) Quando ocorre o pagamento

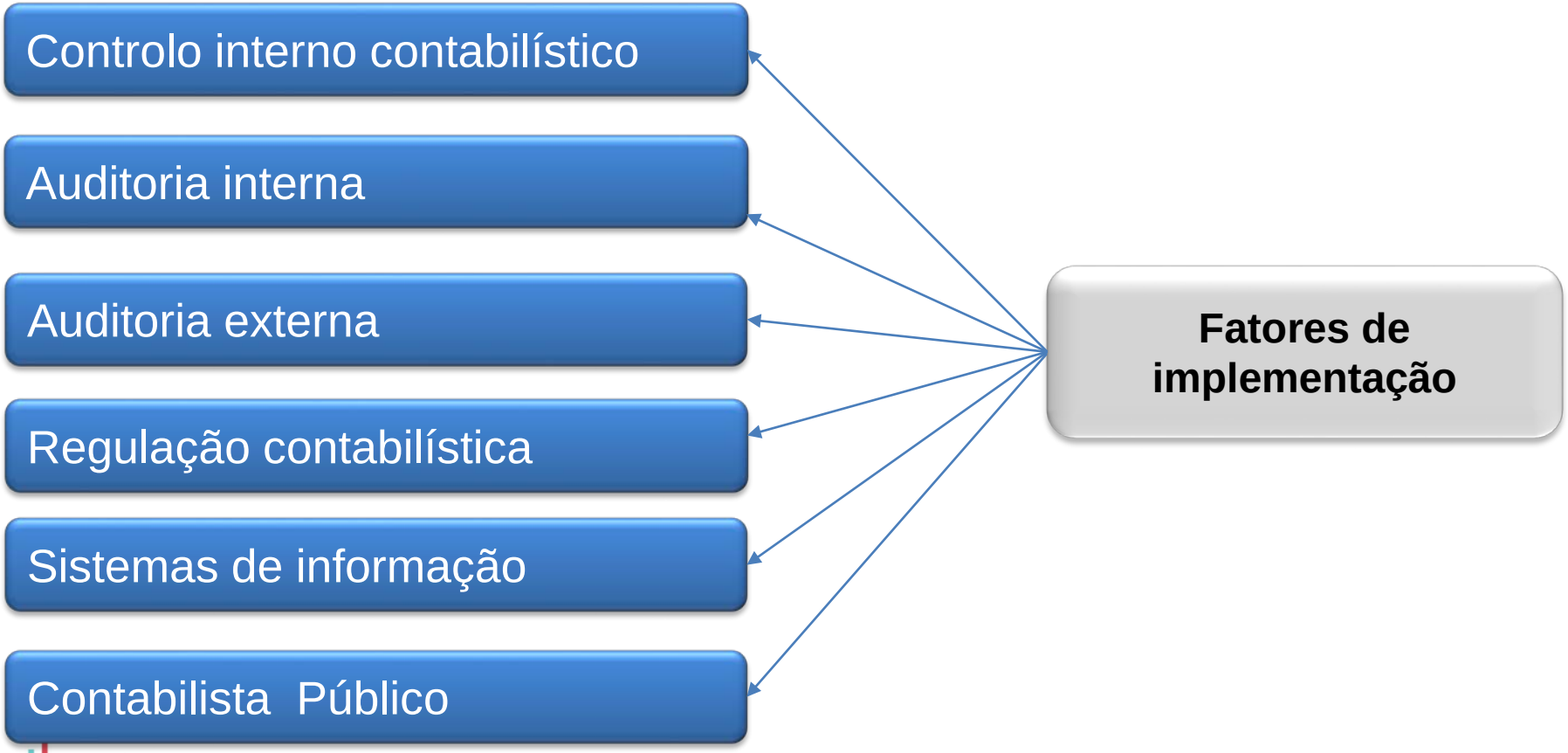
Transição para o SNC-AP – Fatores Críticos de Sucesso



Conclusões

- Contabilidade de acréscimo como a fonte para a preparação de novos indicadores de gestão das Finanças Públicas
- A implementação das regras de supervisão comunitária necessita de harmonização contabilística na base do acréscimo (EPSAS/IPSAS)
- Reforçar as competências contabilísticas no Ministério das Finanças e nos ministérios setoriais
- Programa de gestão de mudança
- Fomentar a discussão entre contabilistas, gestores e economistas
- Faz parte do **interesse público** saber a posição financeira e suas alterações, o desempenho económico-financeiro e os fluxos de caixa do Setor Público como um todo

- A Contabilidade é um instrumento essencial para a gestão, concretização da transparência na utilização dos recursos públicos e responsabilização pelos resultados daqueles que tomam decisões



Unidade de Implementação
da Lei de Enquadramento Orçamental

Visitem a nossa página www.unileo.gov.pt

Ou contactem-nos por email:

Coordenador da UniLEO: andre.marcalo@unileo,gov.pt

Responsável Técnico: luis.viana@unileo.gov.pt